



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Contratação de empresa especializada objetivando a aquisição de medicamentos essenciais para atender as demandas da Farmácia Municipal pertencente a Secretaria Municipal de Saúde de Dos Vizinhos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

O município conta com 14 (quatorze) unidades de saúde onde são dispensados medicamentos para os usuários do serviço. Esses centros de atendimento ao público são os principais meios de fornecimento desses insumos, essenciais para o tratamento de saúde dos munícipes.

A aquisição de medicamentos é necessária para atender as demandas do município e manter um estoque disponível para possíveis ajustes de prescrição e novas solicitações. Portanto, a licitação é indispensável nessa situação. Assim, ficam demonstradas a necessidade e a motivação para a contratação, a fim de manter a farmácia municipal em funcionamento.

O município tem a obrigação de garantir que o fornecimento seja realizado regularmente, mantendo de forma adequada e eficaz o tratamento dos pacientes da rede de saúde, e assegurando a qualidade do serviço oferecido.

3. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente aquisição encontra-se prevista no Plano Anual de Compras/Contratações de 2024.

- I. PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;
- II. Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;
- III. Id do item no PCA: 54 e ss.;
- IV. Classe/Grupo: 6505 - DROGAS E MEDICAMENTOS
- V. Identificador da Futura Contratação: 987541-102/2024.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Atendimento aos princípios licitatórios estabelecidos no âmbito da administração pública;
- b) Atendimento às normas sanitárias, administrativas e técnicas vigentes, incluindo as exigências específicas para aquisição de medicamentos nos setor público.
- c) Autorização Especial (AE), emitida pela Anvisa, da empresa licitante ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, no caso de oferta de medicamentos sujeitos a controle especial, com atividade compatível com



distribuição de medicamentos. Poderá ser enviada consulta realizada no site da Anvisa, constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.

d) Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, da empresa licitante ou a respectiva publicação no Diário Oficial da União, com atividade compatível com distribuição de medicamentos. Poderá ser enviada consulta realizada no site da Anvisa, constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.

e) Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa fabricante do medicamento (unidade fabril específica), ou do importador, no caso de produto importado.

f) Licença Sanitária Estadual ou Municipal da empresa participante, compatível com a atividade de distribuição de medicamentos.

g) Certificado de Regularidade Técnica da empresa participante, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia do estado da empresa licitante.

h) Certificado de Registro do Produto ou sua publicação no Diário Oficial da União. Poderá também ser apresentada consulta do registro realizada no site da Anvisa, devendo as informações da apresentação ofertada estarem na forma expandida e constando a data da consulta, que não poderá ser superior a 60 dias.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

Estima-se a necessidade de um total de 3.700.402 (três milhões, setecentos mil e quatrocentas e duas) unidades de medicamentos para um período de doze meses.

Conforme o "Relatório de Consumo" emitido pelo sistema IPM, referente ao período de 01/01/2022 a 02/07/2024, anexado ao processo licitatório, a estimativa das quantidades é baseada no histórico de atendimentos (dispensações) da Farmácia Municipal e suas unidades, conforme os Pregões 011/2022, 010/2023, 045/2023, 135/2023 e compras realizadas pelo Consórcio Paraná Saúde. Considerando a tendência de manutenção dos atendimentos dos pacientes em proporções semelhantes à necessidade da rede de saúde, o relatório nos fornece uma previsão de demanda.

O quantitativo detalhado de cada medicamento solicitado está descrito no DFD. A média de consumo anual é obtida pela multiplicação da média de consumo mensal por produto pelo período de 12 (doze) meses.

6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

O fornecimento de medicamentos visa garantir o tratamento adequado e contínuo dos pacientes da rede municipal de saúde. O município não possui uma empresa própria para fabricação de medicamentos, e a construção de uma unidade para esse fim não é economicamente viável, dado que se trata de um serviço que exige qualificação técnica.

No setor privado, existem diversas empresas que produzem e fornecem medicamentos sob demanda, de acordo com a quantidade necessária. Analisando o mercado, percebe-se que esta é uma solução vantajosa para o problema, pois a contratação de uma empresa especializada garantiria o



funcionamento adequado e contínuo do serviço prestado, sem gerar um custo elevado para a Administração Pública.

Dessa forma, a escolha do Pregão Eletrônico para este processo licitatório é motivada pelas características do objeto, que se enquadram na classificação de bens comuns, conforme a Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O custo total estimado da contratação é de R\$ 996.002,81 (novecentos e noventa e seis mil e dois reais e oitenta e um centavos). A metodologia utilizada para o cálculo baseia-se nos preços pagos por item nos últimos processos licitatórios, incluindo os Pregões 011/2022, 010/2023, 045/2023, 135/2023, além das compras realizadas pelo Consórcio Paraná Saúde, fornecendo o último custo unitário do item no "Relatório de Consumo".

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

Trata-se da contratação de uma empresa para a aquisição de medicamentos com o objetivo de atender às necessidades de toda a rede Municipal de Saúde na prestação de assistência à saúde da população. Esses medicamentos serão fornecidos e distribuídos pela Farmácia Municipal e suas unidades, evitando interrupções no tratamento dos pacientes que já fazem uso e atendendo àqueles que iniciarão novos tratamentos.

Os medicamentos serão destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o Art. 28 do Decreto 7.508/2011, que estabelece a obrigação do Município de garantir a "necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais".

A Política Nacional de Medicamentos, parte essencial da Política Nacional de Saúde, é um elemento fundamental para a implementação de ações que promovam a melhoria das condições de assistência à saúde da população. A Lei nº 8.080/90, em seu artigo 6º, estabelece como campo de atuação do SUS a "formulação da política de medicamentos (...) de interesse para a saúde (...)" (vide Política Nacional de Medicamentos).

Conclui-se, portanto, que a contratação de uma empresa especializada para a prestação deste tipo de serviço sob demanda é a melhor forma de suprir essa necessidade de maneira eficaz, com bom aproveitamento dos recursos públicos e garantindo a qualidade do serviço oferecido.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Sabe-se que a razão da existência da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e incentivar a inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06).

Todavia, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, bem como da Lei nº 14.133/21, que estabelece normas gerais sobre



licitações. A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes.

Já a Lei de Licitações dispõe que o processo deve garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Diante do exposto, considerando o risco presente na concessão da exclusividade e a preservação da competitividade do certame, além da garantia da isonomia e da possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, o item não terá cota reservada exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte. Desta forma, será destinado à participação de todo e qualquer interessado, nos termos da Constituição Federal, da Lei Complementar 123/2006 e da Lei 14.133/2021.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Diante das análises deste ETP, pretende-se com a presente aquisição manter o abastecimento da Farmácia Municipal da Secretaria de Saúde do Município de Dois Vizinhos, através da contratação de empresa especializada para dar continuidade ao serviço de forma eficaz. A empresa fornecerá os medicamentos aos pacientes, mantendo o atendimento regular com contratação sob demanda, pelo menor preço por item.

Espera-se garantir a confiabilidade, eficiência e continuidade no tratamento dos pacientes que já utilizam os medicamentos, evitando a futura responsabilização da Administração Pública devido a possíveis interrupções.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual. Não é necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claude Meurer
Fiscal Administrativo:	Andrea Regina Pellin Cagnini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Nelciane Moretto Estivalet
Suplentes:	Karen Cardoso Ubiali

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

A contratação pretendida por meio deste Processo Licitatório para aquisição de medicamentos não prevê contratações correlatas ou interdependentes.

**13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)**

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

14. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para aquisição de medicamentos essenciais para proteção e recuperação da saúde dos pacientes conforme as demandas da Farmácia Municipal e suas unidades.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com fornecimento de bens por MENOR PREÇO POR ITEM, com aquisição imediata. Os medicamentos serão fornecidos de forma parcelada de acordo com as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e a entrega seja realizada diretamente nas dependências da contratante.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- Modalidade de licitação: Pregão.
- Critério de julgamento: menor preço.
- Modo de disputa: O modo de disputa será aberto e fechado, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira,



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

A análise de risco encontra-se anexa ao processo.

19. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público, conforme artigo 24, § 1, inciso VI da LEI Nº 13.019/2014.

Dois Vizinhos, 11 de julho de 2024.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Área requisitante

Matrícula Funcional 17949-1

KAREN CARDOSO UBIALI

Farmacêutica CRF-PR 21133

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 20020-1